

# Militares não darão mais “recados” aos políticos

HÉLIO CONTREIRAS

Os ministros militares já decidiram adotar uma nova orientação, que envolve mudanças profundas, e refletem uma identificação com os princípios básicos da Nova República, informaram ontem assessores militares de Brasília. A tendência predominante agora, de acordo com as mesmas fontes, é de evitar os “recados” para os políticos, que foram tão comuns até o governo passado.

Já na ordem do dia deste 22 de abril, a Força Aérea Brasileira vai lembrar a expressiva participação do 1º Grupo de Caça nos combates da Itália, durante a Segunda Guerra Mundial, não há nenhum “aviso” para as lideranças políticas.

Nas próprias mensagens de 31 de março não houve “recados”, que agora os ministros militares vêem como desnecessários, a não ser em casos muito especiais, quando será preciso deixar clara a posição das Forças Armadas. Nesta situação, entretanto, não haverá preocupação em dar “recado” ou fazer advertência, que também eram comuns no passado, mas sim em definir uma posição.

Pela primeira vez, pelo menos, nestes últimos 25 anos, os ministros militares vão assinar uma única ordem do dia, a do 8 de maio, quando serão comemorados os 40 anos da participação do Brasil na Segunda Guerra Mundial, que envolveu responsabilidades da Marinha, do Exército e da Aeronáutica.

A ordem do dia conjunta mostra bem que há identificações de ordem

política e profissional entre os ministros militares. A primeira, no sentido de manter a confiança nas lideranças civis, e de não interferir nas decisões políticas, que envolvem as Forças Armadas apenas com relação ao seu compromisso de respeitar a Constituição, os poderes e as autoridades constituídas.

A definição dada pelo ministro da Aeronáutica, brigadeiro Octávio Moreira Lima, da missão de Força Aérea Brasileira, logo após ser formalmente convidado pelo presidente eleito Tancredo Neves, ao falar ao Estado, na Base Aérea do Galeão, mostra o estado de espírito dos atuais ministros militares:

“Vamos assegurar o respaldo ao presidente da República para que ele possa executar o seu projeto de transição pacífica e de fortalecimento do regime democrático. Vamos respeitar e defender a Constituição, as instituições, como o Congresso Nacional, e as autoridades constituídas”.

A posição que as palavras do ministro da Aeronáutica refletem é adotada pelos ministros da Marinha, almirante Henrique Saboya; do Exército, general Leônidas Pires Gonçalves; e do Estado-Maior das Forças Armadas (EMFA), almirante José Maria do Amaral Oliveira.

O presidente eleito Tancredo Neves teve, como reconheceram analistas da área militar, do Rio, São Paulo e Brasília, um raro senso da realidade militar brasileira ao escolher seus ministros militares, dentro de uma orientação de união, identificação com a Nova República e mudanças.

A entrevista do ministro-chefe do Serviço Nacional de Informações (SNI),

general Ivan Souza Mendes, pode ser uma surpresa dentro da história do SNI, mas não é na história do general Ivan, que não cultivou o radicalismo na “Velha República”.

Ivan Souza Mendes, assim como o ministro-chefe do Gabinete Militar, general Rubens Bayma Denys, já deixaram clara a sua posição de identificação com os princípios da Nova República: aperfeiçoamento político-institucional, mudanças e estabilidade, já definidos claramente pelo presidente eleito Tancredo Neves em diversas ocasiões.

Há hoje um novo estilo na atuação dos ministros militares, que foi visto como se fosse algo impossível de ocorrer no País, quando oficiais-generais do Rio o anunciaram para o Estado depois que já haviam sido praticamente confirmadas as escolhas dos novos ministros.

O direito de mudar pode até mesmo permitir a reformulação de alguns projetos que já estavam sendo considerados consumados. A questão da compra dos helicópteros Super-Puma, por exemplo, poderá ainda ser objeto de um estudo mais profundo, a ponto de, se possível, ser repensada.

A recondução do brigadeiro Theodosio Pereira de Souza à coordenação do projeto do Aeroporto de São Paulo-Guarulhos, por exemplo, mostrou a prioridade para o interesse maior, de um Estado como São Paulo, colocado acima de eventuais problemas pessoais, que não devem contar em uma instituição, porque só a enfraquecem.

A despeito de eventuais e necessárias mudanças, a ênfase para a coesão é

mantida em todos os escalões, porque as alterações não devem permitir o surgimento de arestas, como disse, esta semana, um ministro militar, porque não só feitas em função de interesses pessoais, mas em benefício da instituição e do País.

A ênfase para a nacionalização do material militar também é, naturalmente, mantida, inclusive porque já permitiu a viabilização de projetos de produção no País de inúmeros equipamentos fundamentais, de armamentos, aviões e navios de guerra. Um dos objetivos já é e tem de ser o da conquista da tecnologia das armas eletrônicas, inclusive o sistema de contramedidas, que envolve a preparação para a guerra moderna, em que é preciso ter poder não só para atacar, mas também para neutralizar alguns tipos de ataques.

Com relação a materiais sofisticados, a Marinha já começou a receber os canhões antiaéreos Bofors, de 40 milímetros, de origem sueca, que a empresa a CBV — Indústria Mecânica está nacionalizando, no Rio Janeiro.

Há, inclusive, a possibilidade de ACBV exportar o canhão, mas a sua prioridade é para o atendimento das encomendas da Marinha e do Exército. O canhão Bofors que a CBV passou a produzir no Rio, sob licença do fabricante sueco, corresponde a especificações da organização do Tratado do Atlântico Norte (Nato), o que amplia a sua perspectiva no mercado internacional.

Rio Ag/Estado



Arquivo

Só em casos especiais, militares farão advertências